

DIVULGAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PELAS EMPRESAS COM GOVERNANÇA CORPORATIVA

RICARDO GARRIDO SCHWACH

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)

rschwach@hotmail.com

CELSON MACHADO JR.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)

celsomachado1@gmail.com

RAQUEL DA SILVA PEREIRA

UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL (USCS)

raquelpereira@uol.com.br

DAIELLY MELINA NASSIF MANTOVANI

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)

daimantovani@gmail.com

NARDO GONÇALVES DOS SANTOS

CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS (FMU)

nardosan@gmail.com

Introdução

A Governança Corporativa abarca várias dimensões da organização, relacionando-se e compreendendo todas as áreas de negócio, para proporcionar maior transparência e minimizar a assimetria de informações existente entre administradores, proprietários e stakeholders. Diferentes soluções e boas práticas podem ser utilizadas, ajustando-se ao conjunto de regras aplicáveis a uma determinada organização, que por sua vez se distinguem em uma série de fatores (BECHT et al., 2002).

Problema de Pesquisa e Objetivo

Estudos desenvolvidos, apontam que empresas já possuem práticas de divulgação de desempenho. Dentre os estudos destaca-se a pesquisa desenvolvida por Silva, Selig e Van Bellen (2014) que analisou os indicadores de sustentabilidade contidos em 32 processos de Avaliação Ambiental Estratégica no Brasil. O objetivo desta pesquisa de identificar o perfil de divulgação dos indicadores de sustentabilidade pelas empresas que possuem governança corporativa, e em particular com a questão ambiental.

Fundamentação Teórica

A divulgação dos indicadores de sustentabilidade nos relatórios das empresas, vai ao encontro de um importante fator da governança corporativa o disclosure. A finalidade do disclosure, é proporcionar transparência, e assim reduzir a assimetria da informação entre os stakeholders, evidenciando o desempenho das companhias (MURCIA; SANTOS, 2009). Young e Guenther, (2003) apontam que apesar da importância do disclosure, se observa barreiras que impedem o seu desenvolvimento em certos mercados.

Metodologia

Realizou-se uma análise documental apoiada na técnica de análise do conteúdo. A população a ser investigada foi determinada com o auxílio da publicação do Valor Econômico (2013, 2014) na qual se identificou 217 empresas que estão representadas dentro dos Grandes Grupos Econômicos. A etapa subsequente identificou que do total apenas 91 empresas divulgam relatórios de sustentabilidades. Desenvolveu-se uma análise nestas empresas por meio da técnica de mineração de dados ou data mining.

Análise dos Resultados

Os indicadores de sustentabilidade ambiental possibilitam a evidenciação de aderência ou não aos padrões do modelo GRI. Assim, o percentual que mais se destacou foi o indicador “Emissões” com 2,35%, seguido do indicador “Efluentes e Resíduos” com 1,52% e “Energia” com 1,35%. A análise dos dados apresentados mostra que 52,9% das empresas apresentam indicadores sociais, 35,9% das empresas apresentam indicadores ambientais e 11,6% das empresas apresentam indicadores econômicos.

Conclusão

Os dados apontam que apenas 42% das empresas identificadas como praticantes de governança corporativa divulgam seu desempenho por meio de indicadores em relatórios do modelo GRI. Analisando as empresas quanto as categorias em que se enquadram observa-se destaque nas empresas do setor Industrial que representam um percentual de 40,1% a de Comércio com 15,2%, de Finanças com 15,2%, e Serviços com 29,5%.

Referências Bibliográficas

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. dos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.
SILVA, A. W. L. da; SELIG, P. M.; VAN BELLEN, H. M. Use of sustainability indicators in strategic environmental assessment processes conducted in brazil. Journal of Environmental Assessment Policy and Management, v. 16, n. 2, p. 145-158, 2014.

DIVULGAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PELAS EMPRESAS COM GOVERNANÇA CORPORATIVA

1. INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa (GC) abarca várias dimensões da organização, relacionando-se e compreendendo todas as áreas de negócio, para proporcionar maior transparência e minimizar a assimetria de informações existente entre administradores, proprietários e *stakeholders*. Diferentes soluções e boas práticas podem ser utilizadas, ajustando-se ao conjunto de regras aplicáveis a uma determinada organização, que por sua vez se distinguem em uma série de fatores (BECHT *et al.*, 2002).

Elkington (2012) destaca que a GC, a responsabilidade social empresarial e a sustentabilidade são temas intrinsecamente relacionados, na medida em que qualquer negócio enfrenta, cada vez mais, um número crescente de riscos não financeiros. Assim, a medida do sucesso da introdução de responsabilidades econômica, social e ambiental, a organização deve ser passível de identificação por meio do desempenho aferido em seus indicadores.

No âmbito empresarial, utiliza-se o termo sustentabilidade para a designação de programas e ações em prol do Desenvolvimento Sustentável (DS), que está fundamentado no equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental (GRI, 2009). Van Bellen (2006) destaca que, para alcançar o DS é necessário ser transparente perante a sociedade, tornando mensuráveis os objetivos da organização.

A gestão da sustentabilidade corporativa, apoiada em aspectos econômico, social e ambiental da gestão empresarial, possibilita o controle e a demonstração das ações das empresas quanto à responsabilidade empresarial ao meio ambiente. Nesse contexto, os indicadores padrões de sustentabilidade ou desempenho sustentável possuem potencial para atender às expectativas dos *stakeholders* (BHIMANI; SOONAWALLA, 2005).

Sustentabilidade empresarial é o termo mais usado para descrever o papel das empresas no DS (BM&F BOVESPA, 2010). Segundo Elkington (2012), para analisar as várias perspectivas de acréscimo dos valores econômicos, sociais e ambientais na organização, os indicadores de sustentabilidade tornaram-se referência diante de especialistas e organizações na contribuição para sustentabilidade. O autor introduz o conceito do Tripé da Sustentabilidade, chamado *Triple Bottom Line* (TBL), em uma empresa, que por sua vez pode demandar a necessidade de mudança da cultura da organização e não apenas criar políticas e processos.

Para se evidenciar a prática de sustentabilidade, várias propostas de indicadores foram apresentadas para as empresas, e para a sociedade em geral, com a finalidade de se estabelecer um padrão de referência. Dentre os padrões existentes, é possível destacar os relatórios do *Global Reporting Initiative* (GRI), os indicadores do Instituto Ethos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), entre outros.

Estudos desenvolvidos, apontam que empresas já possuem práticas de divulgação de desempenho. Dentre os estudos destaca-se a pesquisa desenvolvida por Silva, Selig e Van Bellen (2014) que analisou os indicadores de sustentabilidade contidos em 32 processos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), produzidos no Brasil entre 1997 e 2011. Os dados obtidos pelos pesquisadores apontam que os relatórios apresentam falhas na abordagem dos indicadores de sustentabilidade. Os autores destacam a descrição insuficiente do processo de seleção dos indicadores, a ausência das referências dos critérios de seleção adotados e a utilização dos indicadores de forma deficiente e vaga, como as principais deficiências dos relatórios. No entanto, o estudo identificou nos relatórios o emprego de boas práticas que podem melhorar a gestão dos indicadores em processos futuros. Lugoboni *et al.* (2013) desenvolveram pesquisa que abarcou as cinco maiores empresas do segmento de papel e

celulose. Os resultados obtidos indicam uma maior utilização dos indicadores propostos pelo relatório do GRI, e uma redução na divulgação no Balanço Social utilizando o Modelo IBASE. A análise dos autores incorpora o período de 2008 a 2011.

Neste contexto emana o objetivo desta pesquisa de identificar o perfil de divulgação dos indicadores de sustentabilidade pelas empresas que possuem governança corporativa, e em particular com a questão ambiental. Este trabalho se estrutura em seis capítulos, incluindo esta introdução que apresenta o objetivo da pesquisa. Na sequência apresenta-se os principais conceitos e teorias pertinentes ao constructo deste estudo. Posteriormente se relata os procedimentos metodológicos, e os resultados obtidos na pesquisa, com a subsequente discussão frente ao referencial teórico. E finaliza com as conclusões.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A Sustentabilidade socioambiental no cerne da GC tornou-se um tema de interesse das organizações e da academia. Preocupações com a preservação ambiental e ações de conscientização são temas assíduos nas mais diversas áreas de estudo.

Sachs (1993), na busca do entendimento da amplitude da sustentabilidade, identificou dimensões de característica sustentáveis e divididas por classes social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Assim, autores como Hardi (1997), Veleza e Ellenbecker (2001), CSD (2002), Parris e Kates (2003), Becker (2004) e Labuschagne *et al.* (2005), entre outros, advertem quanto a necessidade de integração das decisões econômica, social e ambiental, de forma que possam ser mensuradas por indicadores, possibilitando a compreensão adequada por parte de todos os *stakeholders*, contribuindo com a gestão da sustentabilidade empresarial.

A GC atua no processo decisório na Alta Administração e com os relacionamentos entre os principais atores dentro das organizações empresariais, notadamente executivos, conselheiros e acionistas. Segundo Silveira (2010) a adoção de práticas recomendadas por agentes de mercado impacta positivamente o desempenho empresarial, via tomada de melhores decisões de negócio, controles mais adequados e diminuição no custo de capital. Ainda segundo o autor as companhias com as boas práticas de governança estão sujeitas a maiores custos decorrentes dos inerentes conflitos de interesse e vieses na alta gestão.

Só é possível avaliar a qualidade das boas práticas de GC de uma organização quando seu propósito é transparente e questões fundamentais precedem a discussão sobre GC. Segundo Silveira (2010), para responder a questões relacionadas a GC, apresenta-se a teoria da maximização da riqueza dos acionistas, que defende que as decisões sejam tomadas visando maximizar o valor das empresas, e a teoria de equilíbrio dos interesses dos *stakeholders*, que defende que as decisões sejam tomadas visando equilibrar e satisfazer os interesses de todos os públicos envolvidos com a companhia.

A sustentabilidade corporativa é interpretada como uma estratégia empresarial que gera uma vantagem competitiva a partir da busca de melhores resultados sociais e ambientais. Neste cenário, as empresas estão procurando inserir o tripé da sustentabilidade na estratégia e na gestão de seus negócios, e, portanto, surgem modelos de negócios que visam o equilíbrio entre o capital financeiro, natural e humano (BM&F BOVESPA, 2010).

Assim, surge um conceito novo de empresas orientadas para práticas de sustentabilidade, cuja principal característica é o esforço para reduzir os impactos sociais e ambientais, através de adaptação de seus processos, seus produtos e de suas estruturas organizacionais (SCHALTEGGER *et al.*, 2003).

A agenda da sustentabilidade impõe às empresas que entendam as demandas dos *stakeholders* e integrem a filosofia do TBL em todos os aspectos do negócio da empresa. O conceito TBL tornou-se conhecido entre as empresas e pesquisadores, como uma ferramenta conceitual para interpretar as interações extra empresariais e especialmente para ilustrar a

importância de uma visão da sustentabilidade mais ampla, além de uma mera sustentabilidade econômica. Considerar essas dimensões do TBL na gestão das empresas auxilia no gerenciamento e monitoramento de riscos, no alinhamento com as partes interessadas e na inovação em soluções sustentáveis, que são organizações centradas nos conceitos de transparência e integridade. Neste contexto, uma empresa sustentável calcularia suas operações de acordo com os pilares econômico, social e ambiental da sustentabilidade (ELKINGTON, 2012). O Pilar Ambiental é o equilíbrio sustentável entre Empresa e Meio Ambiente e o Pilar Social são os aspectos que tratam da sociedade.

Callado (2010) destaca que a sustentabilidade corporativa utiliza indicadores específicos para cada uma das dimensões. Indicadores estes utilizados como parâmetro para avaliação de melhorias do desempenho sustentável corporativo. Para Kardec, Flores e Seixas (2002) indicadores correspondem a parâmetros capazes de medir a eficácia e a relação entre o programado e o realizado, e destacam que sem a utilização de indicadores é muito remota a possibilidade de realizar a avaliação do desempenho da corporação. Segundo Beaver e Bellof (2000), identificar e trabalhar com um único indicador, pode não gerar uma avaliação completa, demandando a necessidade de agregar vários outros indicadores que se complementem para gerar informações mais precisas.

A partir da década de 1990, diversos indicadores de sustentabilidade foram desenvolvidos, testados, validados e utilizados por instituições internacionais e nacionais, como mostra estudo de Becker (2004). Alguns destes novos indicadores adicionaram as dimensões ambiental, cultural e espacial aos tradicionais indicadores econômicos e sociais, auxiliando os tomadores de decisões a avaliar os resultados e planejar programas públicos ou privados, dentro desta nova perspectiva.

Na opinião de Hardi (1997), os indicadores são orientações para uma avaliação sistêmica, envolvendo o processo de escolha, de interpretação e de definição sobre a forma mais adequada para a comunicação dos resultados. Esta definição remete ao que preconiza o sistema *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido por Kaplan e Norton (2000), que considera que os indicadores estratégicos que irão monitorar o desempenho da entidade em todo seu processo de gestão (planejamento, execução e controle), deverão ser definidos na etapa do planejamento estratégico. O BSC, é um método que compõe e visualiza as medidas de performance que refletem a estratégia dos negócios da empresa.

O *Sustainability Balanced Scorecard* (SBSC) se posiciona como um avanço do BSB. Segundo Pereira e Barbieri (2011, p. 5), “(...) simpatizantes da sustentabilidade podem defender maior destaque ao tema, ao nível de uma nova e específica perspectiva no BSC. Entretanto, parece fazer maior sentido que a sustentabilidade esteja inserida em todas as quatro perspectivas (ou tantas quantas o BSC vier a criar), haja vista ser assunto de todas as áreas, a exemplo da qualidade”.

Os indicadores de sustentabilidade são úteis no momento de elaborar relatórios de sustentabilidade. A divulgação dos indicadores por meio de relatórios é uma prática utilizada pelas organizações divulgar e prestar contas para os *stakeholders* sobre o desempenho organizacional visando o DS (GRI, 2006). Um dos modelos de relatório de sustentabilidade amplamente utilizado na atualidade é o *Global Reporting Initiative* (GRI), por permitir um agrupamento adequado de indicadores, estabelecendo uma forma eficaz de comunicação (PEREIRA; BARBIERI, 2011).

Dentre as principais iniciativas para a elaboração e adesão das organizações aos padrões de publicação dos relatórios de sustentabilidade destaca-se a GRI (LEVY; SZEJNWALD-BROWN; DE JONG, 2010). Destaca-se que as publicações dos relatórios de sustentabilidade empresarial são úteis para demonstrar o desempenho das empresas em iniciativas, resultados, atitudes e investimentos, por meio do uso de vários indicadores em prol do DS (MARIMON *et al.*, 2012). Estes relatórios são demonstrativos anuais dos projetos, benefícios e ações sociais

dirigidos a todos os *stakeholders* que envolvem empregados, investidores, governos, mercado, acionistas e comunidade (ETHOS, 2009). O relatório de sustentabilidade publicado pela organização deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho de sustentabilidade, incluindo as contribuições positivas e negativas (GRI, 2006).

Segundo o GRI (2006) as empresas se estruturam para elaborar relatórios de sustentabilidade que expressem de forma clara e confiável seu desempenho, independentemente do seu tamanho, setor de atuação ou localização. Segundo Elkington (2012), as abordagens que identificam se um relatório de uma empresa é confiável, consiste na identificação se ele é verificado por uma empresa de auditores independentes. Adicionalmente se observa uma tendência nas empresas de todos os países, no momento de elaborar o relatório do GRI uma prevalência dos indicadores ambientais em relação aos demais.

A divulgação dos indicadores de sustentabilidade nos relatórios das empresas, vai ao encontro de um importante fator da GC o *disclosure*. A finalidade do *disclosure*, é proporcionar transparência, e assim reduzir a assimetria da informação entre os *stakeholders*, evidenciando informações relevantes sobre o valor e o desempenho das companhias (LANZANA, 2004; MURCIA; SANTOS, 2009). Young e Guenther, (2003) apontam que apesar da importância do *disclosure*, observa-se a existência de barreiras que impedem o seu pleno desenvolvimento em certos mercados de capitais, condicionado o custo para se tornar bem informado.

O *disclosure* de informações pode ser voluntário ou compulsório, sendo que o primeiro constitui uma ação proativa da entidade com a divulgação de seu desempenho, enquanto o segundo decorre de uma ação reativa, oriunda de normativas que obrigam a empresa a divulgar determinada informação (YAMAMOTO; SALOTTI, 2006).

As empresas podem divulgar em seus relatórios informações voluntárias que não sejam favoráveis aos seus negócios, quando acreditarem que poderão sofrer algum tipo de consequência ou impacto negativo por parte de seus usuários caso não as divulguem, pois, de acordo com Verrecchia (2001), o investidor interpreta a informação não divulgada como uma informação desfavorável a respeito da empresa. Segundo a teoria do *disclosure* voluntário de Verrecchia (2001), os benefícios gerados pela divulgação das informações ambientais, além de superarem seus custos, maximizam o valor da empresa por divulgarem somente informações que geram crédito às mesmas. Dobler (2005) comenta três possíveis motivos das empresas em não divulgarem certos tipos de informações: i) não existência da informação; ii) desconhecimento da informação por parte do gestor; iii) conhecimento da informação por parte do gestor, porém incentivos para não a divulgar.

A elaboração de relatórios socioambientais ou de sustentabilidade não é obrigatório, sendo assim, é possível inferir que no Brasil o *disclosure* de tais informações caracteriza-se como *disclosure* voluntário. No entanto, a não divulgação das informações pelas empresas, propiciam aos *stakeholders* uma forma de observar e punir essas empresas que ocultem ou adotem práticas socialmente irresponsáveis, ao passo que conferem confiança àquelas que implementam práticas socialmente responsáveis (MACHADO FILHO; ZYLBERSZAJN, 2004).

Pesquisas sobre *disclosure* relaciona a sua prática pelas empresas com os incentivos econômicos. Nesta linha de abordagem ressalta-se os estudos de Lanzana (2004), Murcia e Santos (2009). Dentre as variáveis econômicas abordadas nos referidos estudos, destacam-se as variáveis lucro, rentabilidade, tamanho, custo de capital, desempenho, endividamento e GC, todas positivamente relacionadas ao *disclosure* no citado grupo de pesquisas. No estudo de Cardoso *et al.* (2014), foram analisados os níveis de *disclosure* de informações sociais e ambientais disponíveis nos relatórios de sustentabilidade das empresas, de acordo com a classificação dos indicadores do GRI. Segundo o autor “(...) o *disclosure* social foi em média de 0,71, ou 71%, superior ao *disclosure* ambiental de 0,57, ou 57%. Isso revela que as

empresas vêm divulgando mais intensamente as suas práticas sociais, (...) comparativamente às práticas ambientais.” (CARDOSO *et al.* 2014, p. 36). O estudo de Wildstrom (1997) destaca as abordagens das empresas sobre as quais se explicam sobre a importância de publicar o relatório de sustentabilidade. Nota as referências abaixo foram retiradas dos relatórios de sustentabilidade publicados de acordo com as empresas citadas:

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados no contexto das estratégias de pesquisa, nos métodos e nas técnicas que visam atingir os objetivos deste estudo.

Os estudos que utilizam e combinam diferentes métodos são denominados como abordagem de métodos mistos por Creswell (2007). O autor destaca que este procedimento se ajusta a necessidade de o pesquisador trabalhar com dados e análises complexas. Neste contexto, esta pesquisa qualitativa se caracteriza pelo uso da análise documental, e a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo uso do *data mining*.

Na visão de Gil (2008, p. 52), a pesquisa documental, apresenta as vantagens de que os “(...) documentos constituem rica fonte de dados; como suscitam ao longo do tempo, torna-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica e; não exige contato com o sujeito da pesquisa”.

A análise documental se apoiou na técnica de análise do conteúdo, que verifica o entendimento das informações investigadas nos relatórios de sustentabilidade. É uma técnica utilizada nas Ciências Sociais Aplicadas nas pesquisas que abordaram o tema desta investigação (BARDIN, 2004).

A fonte de pesquisa para o levantamento das empresas foi obtida através da publicação do Valor Econômico (2013, 2014) na qual se identificou 217 empresas que estão representadas dentro dos Grandes Grupos Econômicos. Desenvolveu-se uma análise nestas empresas por meio da técnica de mineração de dados ou *data mining*, apoiada em tabulações dinâmicas em planilhas eletrônicas. A utilização deste recurso possibilitou a mensuração dos indicadores de sustentabilidade ambiental qualificados por ramo, ano, região, faturamento, aderência ao modelo GRI. A investigação subsequente foi de obter no *site* das empresas os relatórios de sustentabilidade divulgados. Este processo possibilitou identificar 91 empresas das 217 analisadas que divulgam relatórios de sustentabilidades. Como não há uma padronização e local determinado para cada relatório dentro do site, foi necessário interpretar cada site da organização para consulta e obtenção do documento.

Para o tratamento dos indicadores de sustentabilidade coletados através dos relatórios de sustentabilidade, foi utilizado o modelo GRI que trouxe para este estudo uma certa facilidade para a pesquisa. O padrão do GRI apresenta o total de indicadores nas versões G3 e G4, como observado na Tabela 1.

Indicador	Versão G3	Versão G4
G4 - Perfil de Governança	17	59
EC - Econômico	9	9
EN - Ambiental	30	34
LA - Social: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	14	16
HR - Social: Direitos Humanos	9	12
SO - Social: Sociedade	8	11
PR - Social: Responsabilidade pelo Produto	9	9
Total	96	150

Tabela 1 – Relação dos indicadores GRI por Versões de publicação

Fonte: GRI (2009; 2013)

Apesar do modelo GRI propor diretrizes para divulgação do desempenho das empresas, o nível de detalhamento dos relatórios gerados pode variar de empresa para empresa, pois as informações fornecidas refletem diferentes modelos de gestão e opiniões sobre o que é apropriado ser reportado.

Em relação ao Ano da publicação dos relatórios de sustentabilidade, obtivemos os seguintes períodos, ano 2008 – um relatório, ano 2010 – três relatórios, ano 2011 – dois relatórios, anos 2012 – 10 relatórios, ano 2013 68 relatórios, ano 2014 – sete relatórios.

Os dados obtidos na investigação são apresentados e analisados no capítulo seguinte.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo destaca resultados das análises quantitativas e qualitativas, de forma a atender os objetivos da pesquisa, conforme os procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior.

Conforme estudado na plataforma teórica, os relatórios de sustentabilidade das empresas devem apresentar indicadores de cunho econômico, social e ambiental. De acordo com o propósito da pesquisa, nos tópicos a seguir serão descritos e analisados os resultados da pesquisa documental. Dessa forma, das 217 empresas analisadas, apenas 98 relatórios foram encontrados, sendo que destes, identificou-se que 91 relatórios apresentaram indicadores de sustentabilidade conforme padrão GRI, restando sete empresas deste grupo que não apresentaram os relatórios nos padrões GRI. Entretanto, as outras 119 empresas da relação total não disponibilizaram seus relatórios, ou a investigação desenvolvida não localizou as informações em seus *websites*.

A Tabela 2 apresenta a quantidade das empresas por ramo de atividade que publicaram seus relatórios de sustentabilidade em seus *websites*.

Ramo de Atividade	Publicou Relatório	Relatório fora do padrão GRI	Não localizado	Total Geral	%
Comércio	8	1	24	33	15,2%
Finanças	16		17	33	15,2%
Indústria	34	3	50	87	40,1%
Serviços	33	3	28	64	29,5%
Total Geral	91	7	119	217	100%

Tabela 2 – Quantidade de empresas por ramo de atividade e publicação dos relatórios

Fonte – dados da pesquisa

A Tabela 2 mostra um predomínio de empresas no setor industrial que corresponde a 40,1% do total das empresas pesquisadas neste estudo, que apresentaram seus relatórios de sustentabilidade. Na sequência observa-se com 29,5% as empresas do setor de serviços, e com 15,2% as empresas dos setores de comércio e finanças. A análise dos dados indica que há um predomínio do ramo da industrial com a divulgação dos relatórios de sustentabilidade para a sociedade.

A Tabela 3 apresenta o percentual de indicadores dos aspectos econômico, social e ambiental por ramo de atividade, das empresas que aderiram ao modelo GRI em seus relatórios de sustentabilidade. Assim, é possível observar que, das amostras apontadas em relação aos indicadores essenciais da GRI, foram apresentados indicadores classificados nos ramos de Finanças, Comércio, Indústria e Serviços das organizações nacionais e multinacionais que atuam no mercado nacional.

Ramo	Ambiental			Econômico			Social			% Geral
	Sim	Não	Omitiram	Sim	Não	Omitiram	Sim	Não	Omitiram	
Comércio	2,5%	0,1%	1,3%	0,8%	0,1%	0,3%	3,7%	0,4%	1,5%	10,7%
Finanças	2,3%	0,9%	3,1%	1,0%	0,2%	0,6%	5,7%	0,9%	3,1%	17,8%
Indústria	10,7%	2,2%	0,9%	2,9%	0,4%	0,4%	13,1%	3,7%	2,3%	36,6%
Serviços	8,8%	2,1%	1,7%	3,0%	0,5%	0,3%	12,9%	3,5%	2,1%	34,9%
Total	24,3%	5,3%	7,0%	7,7%	1,2%	1,6%	35,4%	8,5%	9,0%	100,0%

Tabela 3 – Percentual dos indicadores das empresas por aspectos do tripé da sustentabilidade e aderência GRI
Fonte – dados da pesquisa

Na Tabela 3, são apresentados os indicadores de sustentabilidade nos aspectos econômico, social e ambiental, qualificados pelas empresas que aderem ou não e que também não apresentaram os indicadores indicados e qualificados pelo GRI.

De acordo com as análises, todos os ramos de atividade apresentaram indicadores nos aspectos econômico, social e ambiental, apresentando um total de 67,4% de aderência entre os aspectos do TBL e o total de 32,6% informando a não aderência em alguns indicadores de desempenho sustentável referente aos três aspectos. Nesta mesma análise, o ramo Comércio apresentou um percentual total de 7% de aderência entre os aspectos do TBL e o total de 3,7% em indicadores que não foram aderidos ou apresentados nos relatórios. O ramo Finanças apresentou o total de 9% de aderência entre os aspectos do TBL e o total de 8,8% de indicadores não apresentados ou aderidos. O ramo Indústria apresentou um percentual de 26,7% de aderência entre os aspectos do TBL e o total de 9,9% de indicadores não apresentados ou aderidos. O ramo Serviços apresentou um percentual total de 24,7% de aderência entre os aspectos do TBL e o total de 10,2% de indicadores não apresentados ou aderidos.

A Tabela 3 indica para os indicadores de desempenho econômico, 7,7% das empresas apresentaram os indicadores, 1,2% apresentaram os indicadores que não possuem aderência ao GRI e 1,6% omitiram alguns dos indicadores. Para os indicadores de desempenho social, 35,4% das empresas apresentaram os indicadores, 8,5% apresentaram os indicadores que não possuem aderência ao GRI e 9% omitiram alguns dos indicadores. Para os indicadores de desempenho ambiental, 24,3% das empresas apresentaram os indicadores, 5,3% apresentaram os indicadores que não possuem aderência ao GRI e 7% omitiram alguns dos indicadores.

As nacionalidades das empresas que atuam no território nacional são apresentadas na Tabela 4. Vale destacar que as 87 analisadas representam 40,1% do total de 217 empresas pesquisadas. O percentual apresentado na última coluna na Tabela 4 está relacionado ao total de empresas, ou seja, as 217 identificadas inicialmente.

País de Origem	Publicou	Outro	Não localizado	Total	%
Alemanha	3		3	6	2,8%
Argentina/Brasil/Japão	1			1	0,5%
Bélgica			1	1	0,5%
Bélgica/Brasil	1			1	0,5%
Brasil	1	3	23	42	19,4%
Brasil/Holanda			1	1	0,5%
Brasil/México			1	1	0,5%

Espanha		1	1	0,5%	
Espanha/França/Luxemburgo	1		1	0,5%	
Estados Unidos	2	4	6	2,8%	
Estados Unidos/Luxemburgo		1	1	0,5%	
França	2	4	6	2,8%	
Holanda	1	2	3	1,4%	
Holanda/Inglaterra	1		1	0,5%	
Inglaterra	1	1	2	0,9%	
Itália	2	2	4	1,8%	
Japão	1	1	2	0,9%	
Luxemburgo	1	1	2	0,9%	
México	1		1	0,5%	
Noruega		1	1	0,5%	
Suécia		2	2	0,9%	
Suíça		1	1	0,5%	
Total Geral	34	3	50	87	40,1%

Tabela 4 – Quantidade de empresas por país de origem e publicação dos relatórios
Fonte – dados da pesquisa

A Tabela 4 apresenta a origem das empresas atuantes no setor Industrial. As empresas de origem brasileira se destacam com uma participação de 19,4%, na sequência com percentuais iguais a 2,8% identifica-se as empresas de origem francesa, americana e alemã, em seguida com 1,8% as italianas e logo após com 1,4% as holandesas. As empresas estrangeiras restantes são representadas com percentuais inferiores a 1%. Os dados indicam que as empresas que origem estrangeira e que atuam no território nacional, não representam uma preocupação com a transparência das informações através de seus relatórios. Apenas 18 empresas das 217 disponibilizaram os relatórios de sustentabilidade no padrão GRI, um percentual de 8,3% em relação ao total de empresas desta pesquisa.

A Tabela 5 apresenta os tipos de indicadores ambientais classificados pelas empresas que aderiram ou não aos padrões do modelo GRI, e pelas empresas que omitiram os indicadores em seus relatórios de sustentabilidade.

Indicadores Ambientais	Sim	Não	Omitiram	% Geral
Água	2,3%	0,2%	1,1%	3,5%
Avaliação ambiental de Fornecedores	1,9%	0,3%	1,1%	3,4%
Biodiversidade	2,3%	0,6%	1,6%	4,5%
Conformidade	0,8%	0,1%	0,2%	1,1%
Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	1,9%	0,0%	0,3%	2,3%
Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	2,0%	0,1%	0,2%	2,3%
Descarte total de água, por qualidade e destinação.	1,4%	0,3%	0,3%	2,1%
Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	1,3%	0,3%	0,4%	2,0%

Efluentes e Resíduos	3,2%	0,6%	2,0%	5,7%
Emissões	5,9%	0,8%	1,4%	8,1%
Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	1,0%	0,5%	0,5%	2,0%
Energia	3,4%	1,0%	1,1%	5,5%
Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	1,4%	0,3%	0,4%	2,0%
Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	1,3%	0,2%	0,4%	1,9%
Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	0,9%	0,5%	0,4%	1,9%
Geral	0,9%	0,0%	0,3%	1,2%
<i>Habitats</i> protegidos ou restaurados.	1,2%	0,2%	0,5%	2,0%
Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e <i>habitats</i> relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	0,7%	0,5%	0,6%	1,8%
Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	1,3%	0,2%	0,4%	1,8%
Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	1,4%	0,3%	0,3%	2,0%
Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	2,0%	0,0%	0,2%	2,2%
Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	1,8%	0,3%	0,2%	2,2%
Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	1,0%	0,4%	0,5%	1,9%
Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	1,3%	0,3%	0,4%	2,0%
Materiais	1,1%	0,3%	0,7%	2,1%
Materiais usados por peso ou volume.	1,4%	0,3%	0,4%	2,2%
NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	1,0%	0,4%	0,4%	1,8%
Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com <i>habitats</i> em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	0,7%	0,4%	0,7%	1,8%
Número e volume total de derramamentos significativos.	1,4%	0,5%	0,2%	2,1%
Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	1,6%	0,2%	0,3%	2,1%
Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	0,8%	0,6%	0,5%	1,9%
Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	1,1%	0,5%	0,4%	2,0%
Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	1,4%	0,3%	0,3%	2,0%
Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia –	0,9%	0,6%	0,5%	2,0%

Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	2,0%	0,2%	0,2%	2,4%
Produtos e Serviços	1,1%	0,4%	0,7%	2,2%
Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	1,8%	0,3%	0,2%	2,3%
Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	1,7%	0,3%	0,3%	2,3%
Total de retirada de água por fonte.	2,0%	0,1%	0,1%	2,3%
Transporte	0,7%	0,1%	0,4%	1,1%
Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	1,4%	0,5%	0,3%	2,2%

Tabela 5 – Percentual das empresas x Indicadores Ambientais

Fonte – dados da pesquisa

Na Tabela 5, observa-se os indicadores de desempenho ambiental com equilíbrio entre as empresas, dessa forma o indicador “Emissões” se destaca com 5,9% de aderência pelas empresas e com um baixo percentual em 0,7%, estão os indicadores sobre “Identificação, tamanho, *status* de proteção e índice de biodiversidade de corpos d’água e *habitats* relacionados significativamente por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora”, “Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com *habitats* em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção” e “Transporte”. Assim, conforme os dados apresentados, 64,7% os indicadores ambientais são apresentados pelas empresas e 35,3% não aderem ou omitem os indicadores em seus relatórios de sustentabilidade.

A Tabela 6 apresenta a classificação dos cinco primeiros indicadores ambientais que as empresas aderem em seus relatórios de sustentabilidade.

Indicadores Ambiental	Sim	Não	Omitiram	Total Geral
Emissões	5,9%	0,8%	1,4%	8,1%
Efluentes e Resíduos	3,2%	0,6%	2,0%	5,7%
Energia	3,4%	1,0%	1,1%	5,5%
Biodiversidade	2,3%	0,6%	1,6%	4,5%
Água	2,3%	0,2%	1,1%	3,5%

Tabela 6 – Classificação dos indicadores ambientais publicados nos relatórios

Fonte – dados da pesquisa

A Tabela 6 destaca a classificação dos cinco primeiros tipos de indicadores ambientais publicados nos relatórios de sustentabilidade das empresas, estes classificados como Emissões, Energia, Efluentes e Resíduos, Biodiversidade e Água, totalizando um percentual de aderência com 17% dentre os demais indicadores ambientais apresentados na Tabela 6 que totalizam um percentual restante em 47,7%. Os percentuais restantes em 35,3% estão relacionados os indicadores não aderentes ou omitidos pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade.

Esta seção apresentou a análise dos dados pertinentes para este estudo, permitindo identificar as aderências aos indicadores de sustentabilidade aos aspectos econômico, social e ambiental, praticados pelas empresas. Os indicadores que não estão representados nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, apresentam indicadores de perfil e governança e outros

setoriais que contribuem para o GRI, apresentado dados e preocupações com a transparências das informações.

A Tabela 7 apresenta o percentual de empresas que aderem aos indicadores econômico, social e ambiental, de acordo com o modelo GRI.

Indicadores	Ambientais	Econômicos	Sociais
% Empresas	35,9%	11,6%	52,5%

Tabela 7 – Percentual das empresas que aderem os indicadores do GRI Fonte – dados da pesquisa

Diante dos dados apresentados pela Tabela 7, um item importante a ser destacado, é o fato dos indicadores sociais apresentarem um alto percentual com 52,5% de aderência entre os indicadores ambientais e econômicos. Assim, outros indicadores com aspectos diferentes do setor, apoiam a transparência das informações apresentadas por essas organizações.

Vale ainda destacar que os indicadores ambientais apresentam percentual com 35,9% de aderência dentre os indicadores econômicos e sociais. Assim, observa-se uma evolução com a preocupação ambiental em relação a vários segmentos, que apoiam a transparência das informações, e existe uma grande evolução desses indicadores que alimentam fatos importantes para o DS global.

Esta seção apresentou a análise dos dados pertinentes para este estudo, permitindo identificar as aderências aos indicadores de sustentabilidade aos aspectos econômico, social e ambiental, praticados pelas empresas. Os indicadores que não estão representados nos aspectos econômicos, sociais e ambientais, apresentam indicadores de perfil e governança e outros setoriais que contribuem para o GRI, apresentado dados e preocupações com a transparências das informações.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS ANALISADOS

Neste capítulo é realizada a discussão dos resultados apresentados no capítulo anterior frente ao referencial teórico construído para suportar a necessária contextualização reflexiva.

Independente da aderência das empresas aos indicadores de sustentabilidade, identifica-se que em sua grande maioria, os relatórios se aproximam do modelo do GRI, ratificando assim o entendimento Levy, Szejnwald-Brown e De Jong (2010) que o modelo GRI tende a ser um padrão.

Observa-se maior divulgação de relatórios no setor industrial, condição está provavelmente relacionada ao maior impacto de suas atividades no meio ambiente. Comportamento este identificado por Silveira (2010) que atribui ao aquecimento global a maior preocupação das organizações para com a “Sustentabilidade Empresarial”.

A discussão sobre os dados apresentados e defendidos neste estudo, e expresso Tabela 2 apresenta a pesquisa com 217 empresas distribuídas pelos ramos de atividades Comércio, que representa 15,2% do total das empresas, o ramo Finanças que representa 15,2%, o ramo Indústria que apresenta um percentual expressivo com 40,1% e o ramo Serviços com 29,5% em relação ao total das empresas foco desta pesquisa. No entanto, apenas 91 das 217 empresas apresentaram indicadores em suas publicações nos relatórios de sustentabilidade, que conforme o estudo de Wildstrom (1997), traz uma abordagem sobre a importância das empresas em publicar o relatório de sustentabilidade, mesmo que as informações apresentem diferenças na abordagem dos fatores social e ambiental. Vale destacar, que apesar de algumas empresas optarem por essa nova forma e meio para oferecer aos *stakeholders* um pacote de informações muito mais interessante, elas preferem a divulgação do nome da empresa associada as boas notícias. Contexto este, que se insere na abordagem de Elkington (2012) que propõe uma

discussão franca e detalhada sobre os problemas apresentados em relatórios mais bem aceitos e mais eficientes do mercado.

De acordo com esta abordagem, os indicadores de sustentabilidade apresentados nos relatórios de sustentabilidade são divididos entre os aspectos econômico, social e ambiental, que seguem a estrutura do modelo GRI. E destinam-se a satisfazer de forma clara e transparente uma estrutura confiável para a elaboração de relatórios de sustentabilidade que atenda as organizações de todos os tamanhos, setores e localidades (GRI, 2006). Assim, a Tabela 3 apresenta o percentual dos indicadores, que conforme Pereira e Barbieri (2011) explicam, o agrupamento adequado desses indicadores, possibilitando uma eficaz forma de comunicação da organização com os *stakeholders*. Marimon *et al.* (2012) defendem também, que por meio do uso de vários indicadores em prol do Desenvolvimento Sustentável, é possível demonstrar o desempenho das empresas em iniciativas, resultados, atitudes e investimentos. Dessa forma, o ramo que mais se destacou foi a Indústria com 26,7%, distribuídos no aspecto ambiental com 10,7%, no aspecto econômico com 2,9% e 13,1% no aspecto social. O não engajamento total das empresas na divulgação de relatórios e indicadores, provavelmente se explica pela inferência de Elkington (2012) que adverte dos riscos envolvidos na divulgação dos indicadores. Segundo este autor há países em que o não cumprimento dos controles de emissões pode resultar na prisão dos gestores.

Assim, autores como Hardi (1997), Veleva e Ellenbecker (2001), Parris e Kates (2003), Becker (2004), CSD (2002) e Labuschagne *et al.* (2005), entre outros, explicam sobre a necessidade de integração das decisões econômica, social e ambiental nas organizações, que mensuradas por indicadores, possibilitam uma melhor compreensão por parte de todos os *stakeholders*, contribuindo com a gestão da sustentabilidade empresarial. Neste contexto, Kardec, Flores e Seixas (2002) defendem que os indicadores são capazes de medir a eficácia e a relação entre o programado e o realizado, e destacam que sem a utilização de indicadores é muito remota a possibilidade de realizar a avaliação do desempenho da corporação.

A análise do país de origem das empresas do setor industrial que divulgam seus indicadores de desempenho apresenta um predomínio de empresas brasileiras com 19,4%. As empresas estrangeiras apresentam pequena participação. Este fato pode estar relacionado a condicionante das empresas estrangeiras apresentarem seus dados de forma consolidada em seus país sede, e não seus dados locais nos países em que possuem filiais.

A não divulgação de indicadores de sustentabilidade por empresas nacionais e estrangeiras pode ser explicada pela abordagem de Dobler (2005) que aponta três possíveis motivos para as empresas em não divulgarem certos tipos de informações: i) não existência da informação; ii) desconhecimento da informação por parte do gestor; iii) conhecimento da informação por parte do gestor, porém incentivos para não a divulgar. Destaca-se que a não divulgação das informações pelas empresas, propicia aos *stakeholders* estabelecerem a perspectiva de observar negativamente e se distanciarem de suas ações em prol de empresas que adotem práticas socialmente responsáveis (MACHADO FILHO; ZYLBERSZAJN, 2004).

Vale destacar, que as empresas estrangeiras que exercem suas atividades no Brasil, podem não divulgar o desempenho de suas atividades locais, mas, no entanto, divulgarem estas informações nos países em que possuem a matriz, por meio de relatórios que permeiem sua atividade global. Neste sentido vale destacar o entendimento de Young e Guenther (2003) que a divulgação de indicadores está relacionada a maturidade do mercado de capitais, e que a existência de custos envolvidos na divulgação dos indicadores pode ser fator inibitivo. No entanto entende-se esta condição como não adequada, pois apesar de ser uma empresa estrangeira, ela se insere dentro de um contexto local no qual estabelece várias relações, logo entendesse como adequado que está sociedade saiba a atuação destas empresas.

A Tabela 6 apresentou os tipos de indicadores de sustentabilidade ambiental que as empresas analisadas possibilitam a evidenciação de aderência ou não aos padrões do modelo

GRI. Assim, o percentual que mais se destacou foi o indicador “Emissões” com 2,35%, seguido do indicador “Efluentes e Resíduos” com 1,52% e “Energia” com 1,35%. Entretanto, de acordo com Beaver e Bellof (2000), identificar e trabalhar com apenas um único indicador, pode não gerar uma avaliação completa, demandando a necessidade de agregar vários outros indicadores que se complementem, para assim gerar informações mais precisas. Dessa forma, a Tabela 6 expressa os indicadores ambientais, que são utilizados pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade, identificados por: i) aderência; ii) não aderiu ou iii) omitiram os indicadores. Esse conjunto e características de indicadores fornece resultados para as empresas tomarem suas decisões. Há empresas que se utilizam de métodos e recursos, como a ferramenta *Balanced Scorecard*, que auxilia e propõe direcionamento para as decisões estratégicas que envolvem a sustentabilidade. Possibilitando assim, melhor monitoramento das dimensões ambiental, econômica e social.

Os valores observados na Tabela 7 apontam que os indicadores de sustentabilidade do setor industrial, se sobrepõem aos indicadores das outras áreas analisadas. No entanto, mesmo em menor quantidade os outros setores também possuem empresas que declaram o desempenho de seus indicadores ambientais.

Os indicadores analisados neste estudo foram selecionados com base nos impactos à sociedade e ao meio ambiente associados às atividades características do setor de industrial. Segundo a publicação do GRI (2006), existe no contexto mundial uma tendência de as organizações reportarem publicamente em primeiro lugar seus indicadores ambientais, seguido dos indicadores sociais, depois dos econômicos e finalmente dos indicadores integrados de desempenho.

Os indicadores analisados também se apresentam as análise efetivamente realizadas pelas empresas. A utilização e publicação de indicadores só se apresenta adequada se for útil para o sistema de gestão. Posição esta consonante com a de Pereira e Barbieri (2011) na qual defendem que a sustentabilidade esteja inserida em todas as quatro perspectivas do *Balanced Scorecard* como um instrumento de gestão, formulação e avaliação de objetivos que direcionam as organizações a percepção na relação de causa e efeito da sustentabilidade conforme as perspectivas de Kaplan e Norton (2000).

Surge então pelos autores Schaltegger *et al.* (2003) o conceito de empresas orientadas para práticas de sustentabilidade, cuja principal característica é o esforço para reduzir os impactos sociais e ambientais, através de adaptação de seus processos, seus produtos e de suas estruturas organizacionais. Assim é possível inferir que as empresas que divulgam seus resultados possuem maior potencial para incorporar as práticas de sustentabilidade, pois são estas que proporcionaram subsídios para o processo de melhoria contínua.

A análise dos dados apresentados na Tabela 7 mostra que 52,9% das empresas apresentam indicadores sociais, 35,9% das empresas apresentam indicadores ambientais e

11,6% das empresas apresentam indicadores econômicos. A hierarquia de participação dos indicadores nos relatórios se aproxima das observadas por Cardoso *et al.* (2014) que identificou a dimensão social com 71% e a ambiental com 57%. Vale destacar que o estudo desenvolvido por Cardoso *et al.* (2014) apresenta empresas que realizam divulgação de seus indicadores. Destaca-se que a não divulgação dos indicadores não se materializa em irregularidade da empresa, pois conforme apontado por Yamamoto e Salotti (2006) as informações se configuram como voluntárias e não como compulsórias. Assim a divulgação se constitui em uma ação proativa da entidade, e não uma obrigação. No entanto, a não divulgação dos resultados estabelece uma condição de assimetria da informação conforme propõe Lanzana, (2004) e Murcia e Santos (2009). Condição esta que pode possibilitar ao investidor interpretar a informação não divulgada como uma informação desfavorável a respeito da empresa conforme aponta Verrecchia (2001). Destaca-se ainda que a omissão de informações pode comprometer o esforço da empresa em se mostrar engajada em uma estrutura social

moderna, principalmente no que diz respeito ao meio ambiente, a questões sociais e programas que apoiem o desenvolvimento sustentável conforme abordagem de Giacchetti, Giacchetti e Monken (2013).

O capítulo seguinte apresenta as conclusões desta pesquisa, suas limitações e a possibilidade de estudos futuros.

6. CONCLUSÃO

Os dados apontam que de um universo de 217 empresas relacionadas pelo Valor Econômico, apenas 91 empresas apresentaram relatórios de indicadores de sustentabilidade segundo o modelo GRI. Desta forma apenas 42% das empresas identificadas como praticantes de GC divulgam seu desempenho por meio de indicadores em relatórios do modelo GRI. Este desempenho mostra que parcela significativa das empresas que possuem GC não possuem a boa prática de *Disclosure*, ou seja, de divulgação de seu desempenho.

Analisando as empresas quanto as categorias em que se enquadram observa-se destaque nas empresas do setor Industrial que representam um percentual de 40,1% e de Comércio com 15,2%, de Finanças com 15,2%, e Serviços com 29,5%. Estes dados evidenciam um predomínio das empresas industriais na divulgação de dados relacionados a sustentabilidade.

As empresas do setor industrial possuem um número representativo de indicadores devido pela própria natureza do negócio. Dentre este universo de indicadores os que mais utilizados foram: Emissões, Efluentes e Resíduos, Energia, Água e Biodiversidade.

As empresas publicam seus relatórios de sustentabilidade utilizando os modelos G3 e G4 do GRI, e não de forma contínua, muitas empresas publicaram em anos anteriores e não realizaram novas divulgações em anos mais recentes.

Como limitação deste estudo se destaca a utilização apenas de relatórios disponibilizados nos *sites* das empresas, pois existe a possibilidade das empresas elaborarem seus relatórios, mas não os divulgarem, condição esta que apesar de ser possível se contrapõe a proposta de possibilitar a sociedade em geral as informações de desempenho das empresas. Como possibilidade de estudos futuros se destaca a investigação dos indicadores sócias e econômicos, haja vista que o foco desta pesquisa se limitou aos indicadores ambientais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEAVER, E.; BELLOF, B. **Sustainability indicators and metrics of industrial performance**. SPE International Conference on Health, Safety and Environment in Oil Gas and Production. Stavanger, Norway, 2000.

BECHT, M.; BOLTON, P.; RÖELL, A. **Corporate governance and control**. NBER Working Paper Series, n. 9.371. Cambridge, National Bureau of Economics Research, p. 122, 2002.

BECKER, J. Making sustainable development evaluations work. **Sustainable Development, Chichester**, v. 2, n. 4, p. 200-211, 2004.

BHIMANI, A.; SOONAWALLA, K. **From conformance to performance: the corporate responsibilities continuum**. 2005. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 24, n. 3, p. 165-174.

BM&F BOVESPA. **Novo valor: sustentabilidade nas empresas como começar, quem envolver e o que priorizar**. São Paulo, 2010.

CALLADO, A. L. C. **Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma**

- aplicação em vinícolas localizadas na serra gaúcha.** 215 f. Tese (Doutorado) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- CARDOSO, V. I. C.; LICA, M. M. M.; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília**, v. 17, n. 2, p. 26 – 25, 2014.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- CSD. **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies.** Commission on Sustainable Development, 2002.
- DOBLER, M. **How informative is risk reporting? A review of disclosure models.** Munich Business Research Working Paper. Social Science Research, 2005. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=640522>. Acesso em: 21 mar. 2013.
- ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca.** São Paulo: Makron Books, 2012.
- ETHOS. **Indicadores Ethos de responsabilidade social empresarial.** São Paulo: Instituto Ethos, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRI. **Diretrizes para relatório de sustentabilidade.** v. 3. 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 14 abr. 2011.
- GRI. **Sustainability reporting guidelines.** 2009. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: 18 mar. 2009.
- HARDI, P. **Assessing sustainable development: principles in practice.** Winnipeg: Canadian Cataloguing in Publication Data, 1997.
- KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. Having trouble with your strategy? Then map it. **Harvard Business Review**, v. 78, n. 5, p. 167-176, 2000.
- KARDEC, A.; FLORES, J.; SEIXAS, E. **Gestão estratégica e indicadores de desempenho.** Rio de Janeiro: Qualitymark: ABRAMAN, 2002.
- LABUSCHAGNE, C. et al. Assessing the sustainability performance of industries. **Journal of Cleaner Production**, v. 13, n. 4, p. 373–385, 2005.
- LANZANA, A. **Relação entre o disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras.** 165f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LEVY, D. L.; SZEJNWALD-BROWN, H.; DE JONG, M. The Contested politics of corporate governance the case of the global reporting initiative. **Business & Society**, v. 49, n. 1, p. 88-115, 2010.
- LUGOBONI, L. F.; ZITTEI, M. V. M.; PEREIRA, R. da S.; RODRIGUES, G. B. S. Análise dos relatórios de sustentabilidade das indústrias de papel e celulose. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 66-88, 2013.
- MACHADO FILHO, C. P.; ZYLBERSZAJN, D. Capital reputacional e responsabilidade social: considerações teóricas. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 11, n. 2, p. 87-98, 2004.
- MARIMON, F. et al. The worldwide diffusion of the global reporting initiative: what is the

point? **Journal of Cleaner Production**, v. 33, p. 132-144, 2012.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. dos. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

GIACCHETTI, P. L. N.; GIACCHETTI, M. C. M.; MONKEN, S. F. Análise dos grupos de indicadores de sustentabilidade para identificar a sua aplicação nas organizações. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: IZIS, 2013.

PARRIS, T. M.; KATES, R. W. Characterizing and measuring sustainable development. **Annual Review of Environmental Resources**, n. 28, p. 559-586, aug., 2003.

PEREIRA, R. da S.; BARBIERI, J. C. Estratégias socioambientais: formas de monitoramento e divulgação de resultados. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: SIMPOI, 2011.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SCHALTEGGER, S.; BURRITT, R.; PETERSEN, H. **An introduction to corporate environmental management: striving for sustainability**. Sheffield: Greenleaf, 2003.

SILVA, A. W. L. da; SELIG, P. M.; VAN BELLEN, H. M. Use of sustainability indicators in strategic environmental assessment processes conducted in Brazil. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 16, n. 2, p.145-158, 2014.

SILVEIRA, A. D. M. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

VALOR ECONÔMICO. **Grandes grupos**. Revista Valor Grandes Grupos, v. 12, n.12, 2013. Disponível em: <<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=19&edicao=12>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

VALOR ECONÔMICO. **Grandes grupos**. Revista Valor Grandes Grupos, v. 13, n.13, 2014. Disponível em: <<http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=19&edicao=13>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed., p. 256. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VELEVA, V.; ELLENBECKER, M. Indicators of sustainable development: framework and methodology. **Journal of Cleaner Production**, v. 9, n. 6, p. 519-549, 2001.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, n. 32, p. 97-180, 2001.

WILDSTROM, S. H. **Surfing for annual reports**. Business Week, abr., 1997.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

YOUNG, D.; GUENTHER, D. Financial reporting environments and international capital mobility. **Journal of Accounting Research**, n. 41, p. 553-579, 2003.